

1.



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

7525

Os quadrinhos nos mostram

- a) um descontentamento, por parte de Papa-capim, evidenciando uma ironia.
- b) imparcialidade por parte dos índios.
- c) crítica ao povo indígena por demorar a usufruir o que o progresso possibilita.
- d) surpresa por perceber o que passa a ser possível com o advento das máquinas e tristeza por enxergar que a tribo perdeu muito tempo para notar isso.

2. Analisando-se com atenção o último quadro, a palavra “progresso” significa:

- a) desenvolvimento.
- b) avanço.
- c) evolução.
- d) destruição.

3. As tirinhas de humor, as charges, os quadrinhos, muitas vezes, passam para o leitor importantes informações dos acontecimentos que estão a sua volta. Na tirinha de Maurício de Sousa, notamos

- a) a problemática ecológica que se verifica no Brasil desde a chegada dos portugueses.
- b) uma comparação entre a língua nativa e a língua do colonizador das terras brasileiras.
- c) os erros gramaticais cometidos em nome do progresso.
- d) as invasões, por parte dos indígenas, às terras dos brancos, conhecidos por caraíbas.

4.

Texto 1

“Mãe, eu tô te ligando de novo, pra você não esquecer do meu dinheiro.”

Texto 2

“Senhores ministros, gostaria de informá-los que sou um cidadão que o passado é um livro aberto.”

Podemos afirmar que não há erro do ponto de vista da linguagem no primeiro texto, e sim no segundo. No texto 1, como se trata de uma circunstância de informalidade, o desacato às regras estabelecidas pela norma culta da língua não caracteriza erro. No texto 2, como se trata de um contexto formal, os desvios observados caracterizam, de fato, erro.

Em tempo, a adequação de texto 2 à norma culta se dá assim: “Senhores ministros, gostaria de informá-los de que sou um cidadão cujo passado é um livro aberto.”

Considere o conceito de erro acima e marque a alternativa que, de acordo com o contexto, caracteriza, de fato, um erro.

- a) Conversa entre mãe e filho:
— Quando eu vê você na areia do vizinho você vai ver!
- b) Um juiz dirigindo-se a um promotor público:
— Quando intervier sem minha prévia autorização, será advertido.
- c) Congresso de desembargadores:
— Assim que verem os desdobramentos do que estamos abordando, sentirão a moleza com que o Estado tem tratado o detento.
- d) Colegas em um pátio escolar:

— Num tô nem aí pro que vão falá do que fiz.

5. Analisando os textos 1 e 2 da questão anterior com base na teoria da comunicação de Roman Jakobson, pode-se afirmar que as figuras de linguagem em maior evidência são:

- a) Referencial e Informativa
- b) Emotiva e expressiva
- c) Emotiva e Referencial
- d) Expressiva e Referencial

6.



Disponível em:

<http://clubedamafalda.blogspot.com.br/2007/09/tirinha-387.html>

O sentido irônico da tirinha acima é construído a partir de um paradoxo em torno da palavra “iguais”, que se revela no último quadrinho. Qual das alternativas abaixo explica corretamente esse paradoxo?

- A) Ao perguntar “iguais a quem”, Mafalda demonstra sua preocupação com os direitos universais dos seres humanos, ao contrário de seu pai.
- B) Ao perguntar “iguais a quem”, Mafalda demonstra uma elevada consciência política, que contradiz a postura apolítica de seu pai.
- C) Ao perguntar “iguais a quem”, Mafalda revela que toda igualdade pressupõe a diferença.
- D) Ao perguntar “iguais a quem”, Mafalda estabelece um paradoxo entre sua consciência humanitária e o individualismo de seu pai.

7. Veja o que Drummond escreveu sobre o sufixo “ex” e, a seguir, faça o que se pede em relação ao texto.

O prestígio do sufixo ex: prafrentex é muito mais que pra frente, ultrapassa os limites da localização, beira o infinito. Palavras como durex, gumex, eucatex, erontex soam como algo de fascinante, que valoriza a coisa representada ou sugerida, ou mesmo a coisa nenhuma, que passa a existir na carnação verbal. O x é responsável pelo fascínio, como consoante sofisticada, que os entendidos (recorro à enciclopédia) chamam ora de palatal fricativa surda, ora de alveolar fricativa sonora, ou ainda de alveolar fricativa surda, valendo também como fonema duplo. Apoiado no e metalicamente aberto, produz efeito mágico, dá brilho e ressonância a objetos, projeção ao nada. Salvo na palavra lex, obsoleta como curiosidade romana. (Andrade, C. Drummond de)

Glossário: **Lex** = lei

A opção que confirma o texto é:

- A) Ao confrontar as expressões “prafrentex” e “pra frente”, o texto atribui ao sufixo “ex” uma conotação tranquila, que transmite suavidade, passividade.
- B) A afirmativa “...valoriza a coisa representada ou sugerida, ou mesmo a coisa nenhuma, que passa a existir na carnação verbal.” quer sugerir que há palavras que, mesmo não significando nada, parecem dizer-nos alguma coisa.
- C) O “x” é uma consoante pobre, porque não apresenta valores fonéticos diferentes.
- D) O comentário sobre a consoante “x” remete aos estudos morfossintaxe.

8. As empresas de publicidade têm, nesta era da competitividade em que a oferta é maior que a procura, papel fundamental no sucesso ou no fracasso de um produto. Mais que ter criatividade, é necessário pesquisa de mercado e domínio das técnicas de persuasão. Hoje, a indústria que investe milhões em propaganda é a da cerveja.

Veja a propaganda a seguir.



A língua portuguesa possui diversos sufixos que estão a serviço da formação de nomes aumentativos. O afixo “-ão” é, sem dúvida, o mais produtivo. E, talvez por isso, seja também o mais significativo. Analisando a campanha da nova Schin e sabendo que, na área do marketing, nada é feito sem intenção, o uso desse sufixo na peça publicitária acima revela:

- A) desvalorização da norma culta da língua portuguesa.
- B) interesse em atingir apenas o público jovem.
- C) intenção de intensificar um estado.
- D) reforço avaliativo do produto anunciado.

Utilize o texto abaixo para responder às questões 9 e 10.

- 1 Como a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. Afinal, se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e pelos jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os sem-língua. É claro que eles também falam português, uma variedade de português não-padrão, com sua gramática particular, que no entanto não é reconhecida como válida, que é desprestigiada, ridicularizada, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português padrão ou mesmo daqueles que, não falando o português padrão, o tomam como referência ideal – por isso podemos chamá-los de sem-língua. O que muitos estudos empreendidos por diversos pesquisadores têm mostrado é que os falantes das variedades linguísticas desprestigiadas têm sérias dificuldades em compreender as mensagens enviadas para eles pelo poder público, que se serve exclusivamente da língua-padrão. Como diz Maurizio Gnerre em seu livro *Linguagem, escrita e poder*, a Constituição afirma que todos os indivíduos são iguais perante a lei, mas essa mesma lei é redigida numa língua que só uma pequena parcela dos brasileiros consegue entender. A discriminação social começa, portanto, já no texto da Constituição. É claro que Gnerre não está querendo dizer que a Constituição deveria ser escrita em língua não-padrão, mas sim que todos os brasileiros a que ela se refere deveriam ter acesso mais amplo e democrático a essa espécie de língua oficial que, restringindo seu caráter veicular a uma parte da população, exclui necessariamente uma outra, talvez a maior. Muitas vezes, os falantes das variedades desprestigiadas deixam de usufruir diversos serviços a que têm direito simplesmente por não compreenderem a língua empregada pelos órgãos públicos. [...] É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade lingüística de nosso país para melhor planejar suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão.

BAGNO, MARCOS. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2000. p. 16-19.

9. Com base na leitura do texto acima, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Acerca da Constituição, o texto questiona a importância das suas leis porque são escritas em obediência à norma culta da língua.
- B) Na afirmação de que existem milhões de brasileiros sem-língua, “língua” é entendido como o nível formal.
- C) O pronome eles (linha 7) refere-se a escritores, jornalistas, instituições oficiais e órgãos do poder.

D) No trecho “uma variedade de português não-padrão, com sua gramática particular” (linhas 7-8), o termo gramática refere-se às regras de bom uso da língua, respeitando a norma culta.

10. A partir da leitura do texto acima, é CORRETO afirmar que:

- A) em respeito aos que não dominam a norma culta da língua, maioria expressiva dos falantes, considera-se como oficial a variedade não-padrão.
- B) a igualdade de todos perante a lei não se aplica quando o brasileiro que não domina a norma culta se põe a ler a Constituição.
- C) pelo exposto no texto, pode-se inferir acertadamente que é urgente reduzir a diversidade linguística, mediante imposição da variedade padrão a todos os brasileiros.
- D) a diversidade linguística tem trazido à tona a discussão de ser ou não ser importante o ensino do nível formal.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

11. O Cerrado, que ocupa mais de 20% do território nacional, é o segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que a Amazônia. Representa um dos hotspots para a conservação da biodiversidade mundial e é considerado uma das mais importantes fronteiras agrícolas do planeta. Considerando a conservação da biodiversidade e a expansão da fronteira agrícola no Cerrado, avalie as afirmações a seguir.

I. O Cerrado apresenta taxas mais baixas de desmatamento e percentuais mais altos de áreas protegidas que os demais biomas brasileiros.

II. O uso do fogo é, ainda hoje, uma das práticas de conservação do solo recomendáveis para controle de pragas e estímulo à rebrota de capim em áreas de pastagens naturais ou artificiais do Cerrado.

III. Exploração excessiva, redução progressiva do habitat e presença de espécies invasoras estão entre os fatores que mais provocam o aumento da probabilidade de extinção das populações naturais do Cerrado.

IV. Elevação da renda, diversificação das economias e o consequente aumento da oferta de produtos agrícolas e da melhoria social das comunidades envolvidas estão entre os benefícios associados à expansão da agricultura no Cerrado.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) III e IV.

12. A floresta virgem é o produto de muitos milhões de anos que passaram desde a origem do nosso planeta. Se for abatida, pode crescer uma nova floresta, mas a continuidade é interrompida. A ruptura nos ciclos de vida natural de plantas e animais significa que a floresta nunca será aquilo que seria se as árvores não tivessem sido cortadas. A partir do momento em que a floresta é abatida ou inundada, a ligação com o passado perde-se para sempre. Trata-se de um custo que será suportado por todas as gerações que nos sucederem no planeta. É por isso que os ambientalistas têm razão quando se referem ao meio natural como um “legado mundial”. Mas, e as futuras gerações? Estarão elas preocupadas com essas questões

amanhã? As crianças e os jovens, como indivíduos principais das futuras gerações, têm sido, cada vez mais, estimulados a apreciar ambientes fechados, onde podem relacionar-se com jogos de computadores, celulares e outros equipamentos interativos virtuais, desviando sua atenção de questões ambientais e do impacto disso em vidas no futuro, apesar dos esforços em contrário realizados por alguns setores. Observe-se que, se perguntarmos a uma criança ou a um jovem se eles desejam ficar dentro dos seus quartos, com computadores e jogos eletrônicos, ou passear em uma praça, não é improvável que escolham a primeira opção. Essas posições de jovens e crianças preocupam tanto quanto o descaso com o desmatamento de florestas hoje e seus efeitos amanhã. (SINGER, P. Ética Prática. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 292 (adaptado))

É um título adequado ao texto apresentado acima:

- A) Computador: o legado mundial para as gerações futuras.
- B) Uso de tecnologias pelos jovens: indiferença quanto à preservação das florestas.
- C) Preferências atuais de lazer de jovens e crianças: preocupação dos ambientalistas.
- D) Engajamento de crianças e jovens na preservação do legado natural: uma necessidade imediata

13. É ou não ético roubar um remédio cujo preço é inacessível, a fim de salvar alguém, que, sem ele, morreria? Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens que as compõem. Na Grécia Antiga, por exemplo, a existência de escravos era perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Hoje em dia, ainda que nem sempre respeitados, os Direitos Humanos impedem que alguém ouse defender, explicitamente, a escravidão como algo legítimo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. Ética. Brasília, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2012 (adaptado))

Com relação a ética e cidadania, avalie as afirmações seguintes.

- I. Toda pessoa tem direito ao respeito de seus semelhantes, a uma vida digna, a oportunidades de realizar seus projetos, mesmo que esteja cumprindo

pena de privação de liberdade, por ter cometido delito criminal, com trâmite transitado e julgado.

II. Sem o estabelecimento de regras de conduta, não se constrói uma sociedade democrática, pluralista por definição, e não se conta com referenciais para se instaurar a cidadania como valor.

III. Segundo o princípio da dignidade humana, que é contrário ao preconceito, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora de respeito, não importando, portanto, sexo, idade, cultura, raça, religião, classe social, grau de instrução e orientação sexual.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

14. A globalização é o estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria nos fins do século 19 e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira e cultural. A produção e a informação globalizadas permitem a emergência de lucro em escala mundial, buscado pelas firmas globais, que constituem o verdadeiro motor da atividade econômica. (SANTOS, M. O país distorcido. São Paulo: Publifolha, 2002 (adaptado))

No estágio atual do processo de globalização, pautado na integração dos mercados e na competitividade em escala mundial, as crises econômicas deixaram de ser problemas locais e passaram a afligir praticamente todo o mundo. A crise recente, iniciada em 2008, é um dos exemplos mais significativos da conexão e interligação entre os países, suas economias, políticas e cidadãos.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. O processo de desregulação dos mercados financeiros norte-americano e europeu levou à formação de uma bolha de empréstimos especulativos e imobiliários, a qual, ao estourar em 2008, acarretou um efeito dominó de quebras nos mercados.

PORQUE

II. As políticas neoliberais marcam o enfraquecimento e a dissolução do poder dos Estados nacionais, bem como asseguram poder aos aglomerados financeiros que não atuam nos limites geográficos dos países de origem.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

15. O anúncio feito pelo Centro Europeu para a Pesquisa Nuclear (CERN) de que havia encontrado sinais de uma partícula que pode ser o bóson de Higgs provocou furor no mundo científico. A busca pela partícula tem gerado descobertas importantes, mesmo antes da sua confirmação. Algumas tecnologias utilizadas na pesquisa poderão fazer parte de nosso cotidiano em pouco tempo, a exemplo dos cristais usados nos detectores do acelerador de partículas large hadron colider (LHC), que serão utilizados em materiais de diagnóstico médico ou adaptados para a terapia contra o câncer. “Há um círculo vicioso na ciência quando se faz pesquisa”, explicou o diretor do CERN. “Estamos em busca da ciência pura, sem saber a que servirá. Mas temos certeza de que tudo o que desenvolvemos para lidar com problemas inéditos será útil para algum setor.”

(CHADE, J. Pressão e disputa na busca do bóson. O Estado de S. Paulo, p. A22, 08/07/2012 (adaptado))

Considerando o caso relatado no texto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. É necessário que a sociedade incentive e financie estudos nas áreas de ciências básicas, mesmo que não haja perspectiva de aplicação imediata.

PORQUE

II. O desenvolvimento da ciência pura para a busca de soluções de seus próprios problemas pode gerar resultados de grande aplicabilidade em diversas áreas do conhecimento.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

16. Legisladores do mundo se comprometem a alcançar os objetivos da Rio+20

Reunidos na cidade do Rio de Janeiro, 300 parlamentares de 85 países se comprometeram a ajudar seus governantes a alcançar os objetivos estabelecidos nas conferências Rio+20 e Rio 92, assim como a utilizar a legislação para promover um crescimento mais verde e socialmente inclusivo para todos. Após três dias de encontros na Cúpula Mundial de Legisladores, promovida pela GLOBE Internacional — uma rede internacional de parlamentares que discute ações legislativas em relação ao meio ambiente —, os

participantes assinaram um protocolo que tem como objetivo sanar as falhas no processo da Rio 92. Em discurso durante a sessão de encerramento do evento, o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe afirmou: “Esta Cúpula de Legisladores mostrou claramente que, apesar dos acordos globais serem úteis, não precisamos esperar. Podemos agir e avançar agora, porque as escolhas feitas hoje nas áreas de infraestrutura, energia e tecnologia determinarão o futuro”. (Disponível em: <www.worldbank.org/pt/news/2012/06/20>. Acesso em: 22 jul. 2012 (adaptado))

O compromisso assumido pelos legisladores, explicitado no texto acima, é condizente com o fato de que:

A) os acordos internacionais relativos ao meio ambiente são autônomos, não exigindo de seus signatários a adoção de medidas internas de implementação para que sejam revestidos de exigibilidade pela comunidade internacional.

B) a mera assinatura de chefes de Estado em acordos internacionais não garante a implementação interna dos termos de tais acordos, sendo imprescindível, para isso, a efetiva participação do Poder Legislativo de cada país.

C) as metas estabelecidas na Conferência Rio 92 foram cumpridas devido à propositura de novas leis internas, incremento de verbas orçamentárias destinadas ao meio ambiente e monitoramento da implementação da agenda do Rio pelos respectivos governos signatários.

D) a atuação dos parlamentos dos países signatários de acordos internacionais restringe-se aos mandatos de seus respectivos governos, não havendo relação de causalidade entre o compromisso de participação legislativa e o alcance dos objetivos definidos em tais convenções.

17. Analise as afirmativas e a relação proposta entre elas.

I. A organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), órgão da ONU sediado em Roma, lançou em 2013 um programa com o objetivo de incentivar a criação de insetos para combater a fome.

PORQUE

II. A agência dirigida pelo sul-coreano Ban Ki-Moon acredita que os insetos poderão ser uma resposta para o futuro na luta contra a fome no planeta e já vem implantando algumas espécies no cardápio de países das Américas Central e do Sul, onde há regiões em que a fome atinge índices alarmantes.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

A) a primeira afirmativa é falsa e a segunda, verdadeira.

B) a primeira afirmativa é verdadeira e a segunda, falsa.

C) as duas afirmativas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.

D) as duas afirmativas são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

18. Leia o trecho:

O sertão vai a Veneza Festival de Veneza exhibe “Viajo Porque Preciso, Volto Porque Te Amo”, de Karim Aïnouz e Marcelo Gomes, feito a partir de uma longa viagem pelo sertão nordestino. [...] Rodaram 13 mil quilômetros, a partir de Juazeiro do Norte, no Ceará, passando por Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Alagoas, improvisando dia a dia os locais de filmagem. “Estávamos à procura de tudo que encetava e causava estranhamento. Queríamos romper com a ideia de lugar isolado, intacto, esquecido, arraigado numa religiosidade intransponível. Eu até evito usar a palavra ‘sertão’ para ter um novo olhar sobre esse lugar”, conta Karim. A ideia era afastar-se da imagem histórica da região na cultura brasileira. “Encontramos um universo plural que tem desde uma feira de equipamentos eletrônicos a locais de total desolação”, completa Marcelo. (CRUZ, Leonardo. Folha de S. Paulo, p. E1, 05/09/2009.)

A partir da leitura desse trecho, é INCORRETO afirmar que:

A) a feira de equipamentos eletrônicos, símbolo da modernidade e da tecnologia sofisticada, é representativa do contrário do que se pensa sobre o sertão nordestino.

B) as expressões isolamento, esquecimento e religiosidade, utilizadas pelos cineastas, são consideradas adequadas para expressar a atual realidade sertaneja.

C) o termo “sertão” tem conotação pejorativa, por implicar atraso e pobreza; por isso, seu uso deve ser cuidadoso.

D) os entrevistados manifestam o desejo de contribuir para a desmitificação da imagem do sertão nordestino, congelada no imaginário de parte dos brasileiros.

19. Não são poucos os casos nos quais, neste princípio de século XXI, regimes ditatoriais se sentem ameaçados pelo sentimento oposicionista e libertário que ecoa nas praças públicas. Uma novidade é que essas manifestações, em número crescente, tendem a ser estimuladas e divulgadas pela rede mundial de computadores. Em geral, governos que se sentem acuados pela própria população buscam cercear ou censurar a navegação no ambiente virtual. Considerando esse contexto, assinale a opção correta.

a) Na atual ordem mundial globalizada, informação gera mais conhecimento, e conhecimento é poder.

b) Apesar do cenário de guerra civil, a Síria é o país do Oriente Médio com o mais elevado grau de liberdade de acesso à Internet.

c) Para ampliar sua inserção internacional, a China promove ampla abertura política e libera a Internet em seu território.

d) No movimento denominado Primavera Árabe, as redes sociais funcionaram a favor dos governos contestados pela opinião pública.

20. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) estabelece no seu art.1º que “os Estados - partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social”. Assinale a resposta incorreta:

- a) A proteção da Convenção Americana independe da nacionalidade da vítima.
- b) A vítima de violação de direitos humanos deve residir no Estado-parte para estar sujeita à sua jurisdição
- c) Nacionais e estrangeiros que sofram violação a direitos humanos no território de um Estado-parte estão protegidos pela Convenção.
- d) Apátridas que sofram violação a direitos humanos no território de um Estado-parte estão protegidos pela Convenção.

Teoria Geral do Estado

21. Quanto ao modo de nascimento dos Estados Derivados, são espécies:

- a) Divisão, colonização e União Pessoal.
- b) Confederação, Federação e União Sucessoral.
- c) União e divisão.
- d) Descolonização e Concessão de Direitos de Soberania.

22. São formas de extinção do Estado, Exceto:

- a) Causas Naturais, Emigração e Expulsão.
- b) Expulsão, Conquista e Emigração.
- c) Causas Naturais, Imigração, Emigração e Expulsão.
- d) Renúncia a condição de Estado, Conquista e Expulsão.

23. Classifica as formas de governos em boas (Monarquia, Aristocracia e Democracia) e desvirtuadas (Tiranía, Oligarquia e Demagogia). De qual pensador é essa classificação:

- a) Aristóteles.
- b) Maquiavel.
- c) Platão.
- d) Rousseau.

24. São tipos de Monarquias Limitadas:

- a) De Regramento, de Limitação e Constitucional.
- b) Temporariedade, Eletividade e a Responsabilidade.
- c) Estamentos, Constitucional e Parlamentar.
- d) Abstencionista, de Regramento e Constitucional.

25. A República pode ser:

- a) Direta, Constitucional e Parlamentar.

- b) Limitada, Democrática e Absoluta.
- c) Semi-direta e Parlamentar.
- d) Aristocrática e Democrática.

Direito Constitucional

26. Considerando os critérios de classificação das constituições quanto à sua origem, estabilidade e extensão, respectivamente, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 é:

- A) Analítica, rígida e promulgada.
- B) Outorgada, super-rígida e analítica.
- C) Promulgada, rígida e analítica.
- D) Analítica, rígida, promulgada.

27. Assinale a alternativa que aponta regra não materialmente constitucional:

- A) As que organizam o Estado.
- B) As que se relacionam com o poder.
- C) As que dispõem sobre as hipóteses de inelegibilidades para os cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.
- D) As que tratam da política de desenvolvimento urbano.

28. Assinale a alternativa INCORRETA

- A) Constituição rígida é aquela que para ser modificada necessita de um processo mais complexo do que o exigido para a mudança das leis ordinárias.
- B) A Constituição de 1937 foi apelidada de Constituição Cidadã.
- C) A Constituição de 1934 foi positivada por promulgação.
- D) Todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.

29. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

30. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Regras materialmente constitucionais são as regras que organizam o Estado.
- B) Somente são materialmente constitucionais as regras que se relacionam com o poder e que tratam

de matéria constitucional, independentemente de estarem ou não dispostas na Constituição.

C) Todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.

D) O fato de uma regra estar na Constituição não significa que ela é hierarquicamente superior as demais normas jurídica do ordenamento.

31. Examine as afirmações abaixo e após responda:

I - As disposições constitucionais transitórias são normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada. Por serem hierarquicamente inferiores às normas inscritas no texto básico da CF, elas não são consideradas normas cogentes e não possuem eficácia imediata.

II - A jurisprudência do STF considera que o preâmbulo da CF não tem valor normativo. Desprovido de força cogente, ele não é considerado parâmetro para declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade normativa.

III - Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a legitimidade passiva restringe-se ao Poder Legislativo inadimplente, ao qual será estipulado prazo para adotar as providências cabíveis no sentido de suprir a omissão.

IV - A interpretação conforme a Constituição efetuada pelo STF em controle abstrato de constitucionalidade apresenta eficácia erga omnes e efeito vinculante relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente II e III estão corretas.
- C) Somente II, III e IV estão corretas.
- D) Somente II e IV estão corretas.

32. Examine as afirmações abaixo e após responda:

I - Nos termos da CF, compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade e nas infrações penais comuns.

II - Compete privativamente ao presidente da República declarar guerra em caso de agressão estrangeira e celebrar a paz, desde que, em ambos os casos, ocorra prévia autorização do Senado Federal.

III - O Congresso Nacional, mediante delegação, atribuiu ao Senado Federal a competência para suspender a execução do todo ou de parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

IV - De acordo com entendimento do STF, é inadmissível a edição de medida provisória pelo Poder Executivo federal que determine a abertura de crédito extraordinário em favor de órgãos componentes desse poder, caso não estejam configuradas situações de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente IV está correta.
- C) Somente III está errada.
- D) Somente II e IV estão corretas.

33. É de competência da União Federal:

I – legislar privativamente sobre direito penal e direito processual penal, podendo mediante lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relativas a estas matérias.

II – Cuidar, com exclusividade, da saúde e assistência pública, proteger o meio ambiente e os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

III – legislar concorrentemente com os Estados e o DF sobre procedimentos em matéria processual e custas dos serviços forenses.

IV – estabelecer normas gerais no âmbito da legislação concorrente que, se inexistentes, permitirão aos Estados exercer competência legislativa plena para atender as suas peculiaridades, e se supervenientes, suspenderão a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) estão corretas as de número I, III e IV.
- B) Todas estão corretas.
- C) Apenas as de números II, III e IV estão corretas.
- D) Somente as de números I e II estão corretas.

34. O enquadramento constitucional das comissões parlamentares de inquérito não autoriza afirmar que:

A) Pode haver ampliação de investigações em razão do surgimento de fatos novos, desde que tenham relação com os que constituíam o objeto inicial da comissão.

B) As investigações podem incidir sobre fatos objeto de inquéritos policiais e processos judiciais em curso, se houver entre eles conexão.

C) As comissões parlamentares de inquérito estaduais não podem requisitar a quebra de sigilo de dados bancários.

D) Não caracteriza, em princípio, violação à imagem do indiciado em comissão parlamentar de inquérito, a transmissão e a gravação de sessão em que se lhe toma depoimento.

35. Assinale a opção correta:

A) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

B) As medidas provisórias, com força de lei, adotadas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, não convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, perderão a eficácia, mantida a validade dos atos praticados naquele período.

C) O veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode ser rejeitado pelo voto de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

D) As comissões parlamentares de inquérito devem obter ordem judicial para obrigarem o comparecimento de cidadão.

Filosofia

36. De acordo com o estudado no início da disciplina, o ato de pensar está associado ao conhecimento, à realidade e à linguagem.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

I – O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.

II – O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.

III – A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.

IV – A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.

V – Uma vez alcançado o conhecimento, a realidade torna-se dispensável.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

A) I e V.

B) II e IV

C) I e III

D) III e IV

37. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

I – O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.

II – O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.

III – O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.

IV – O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.

V – O filosofar é inato aos racionais, logo não admite regras metodológicas.

Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:

A) I e III

B) III e V

C) II e III

D) II e IV

38. Os pensadores, pré-socráticos, tidos como primeiros pensadores a buscarem uma explicação racional sobre alguns assuntos, em geral viveram antes de Sócrates, desenvolveram suas

concepções em lugares distantes de Atenas e em distintas escolas, embora com algumas identificações mútuas.

Avalie as seguintes afirmações sobre estes pensadores e suas abordagens.

I – Elaboram sólidos argumentos em defesa dos fundamentos míticos da cultura grega.

II – Suas principais obras preservadas geram contínuas pesquisas sobre a racionalidade.

III – Adotam, em geral, uma postura semelhante à científica na investigação do mundo físico.

IV – Têm o comum empenho em entender o ser humano, sua mente e sua alma.

V – Investigam o princípio constitutivo de todas as coisas, indo do cosmos ao átomo.

São aceitáveis como verdadeiras as afirmações:

A) I e V

B) III e V

C) II e III

D) II e IV

39. O grego Sócrates, século V a.C., é tido como uma referência impar no surgimento da filosofia, nos moldes que a conhecemos até hoje. Foi o grande inspirador de Platão que por sua vez foi o mestre de Aristóteles. Sócrates é facilmente identificável por sua temática, por seus métodos e algumas frases norteadoras.

Avalie as seguintes considerações:

I – Após conhecer a origem das coisas, preciso saber quem sou.

II – Identificar o mundo circundante é mais importante que o autoconhecimento.

III – Todo conhecimento é importante e com certeza posso saber mais que os outros.

IV – “Só sei que nada sei” e “conhece-te a ti mesmo”, são nortes de sua reflexão.

V – A ironia derruba convicções equivocadas, a maiêutica faz nascer a verdade interior.

Correspondem ao pensamento e a prática de Sócrates as afirmações:

A) I e V

B) III e V

C) I e III

D) IV e V

40. Karl Marx é um pensador já considerado contemporâneo, tido como profundo, polêmico e radical. No entanto alguns o tratam como uma espécie de profeta e messias dos novos tempos, combatendo um modelo de sociedade em função de uma sociedade mais justa. Outros o avaliam como uma espécie de demolidor, anarquista, odioso, inconsequente e passional, sem uma razão orientadora útil à sociedade.

Dentre os temas abordados por Marx e ideias por ele propostas estão:

I – A burguesia implantou o capitalismo e sofisticou a exploração do homem pelo homem.

II – O capitalismo necessita ser aperfeiçoado para ser preservado.

III – A sociedade de classes necessita construir uma convivência harmoniosa.

IV – A luta de classes, o combate à propriedade privada, o fim do Estado burguês.

V- A união entre as classes, o socialismo utópico e o governo dos pensadores.

São pertinentes a Karl Marx as afirmações:

- A) I e IV
- B) II e V
- C) III e IV
- D) I e V

Direito Civil

41. Mário Lima de Oliveira, de dezesseis anos de idade, foi examinado por médico psiquiatra e diagnosticado como esquizofrênico, enfermidade que lhe retira o necessário discernimento para o exercício pessoal dos atos da vida civil. Em razão disso, Mário é:

- a) relativamente incapaz pela idade, que prevalece em relação ao diagnóstico médico, a ser desconsiderado para efeitos jurídicos.
- b) relativamente incapaz, tanto pela idade como pela enfermidade diagnosticada.
- c) inteiramente capaz, bastando ser assistido por um Curador, em razão de sua idade e enfermidade, para certos atos da vida civil.
- d) absolutamente incapaz, irrelevante sua idade em face de sua enfermidade.

42. Gustavo completou 17 anos de idade em janeiro de 2010. Em março de 2010 colou grau em curso de ensino médio. Em julho de 2010 contraiu matrimônio com Beatriz. Em setembro de 2010, foi aprovado em concurso público e iniciou o exercício de emprego público efetivo. Por fim, em novembro de 2010, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante.

Assinale a alternativa que indica o momento em que se deu a cessação da incapacidade civil de Gustavo.

- a) No momento em que iniciou o exercício de emprego público efetivo.
- b) No momento em que colou grau em curso de ensino médio.
- c) No momento em que contraiu matrimônio.
- d) No momento em que se estabeleceu no comércio, abrindo um restaurante.

43. No que se refere ao negócio jurídico é CORRETO afirmar que:

- a) A vontade livre é um dos elementos de validade do negócio jurídico e o artigo 104 do Código Civil faz menção expressa a esse requisito.
- b) A validade da declaração de vontade nem sempre dependerá de forma especial quando a lei expressamente a exigir.
- c) O silêncio pode ser fato gerador de negócio jurídico.
- d) O negócio jurídico não subsistirá se a outra parte não tinha conhecimento da reserva mental.

44. O ato firmado pelo representante e que implique conflito de interesses com o representado, quando o fato era ou devia ser do

conhecimento do terceiro com quem tratou com o representante será:

- a) Anulável.
- b) Nulo.
- c) Ineficaz.
- d) Inexistente.

45. Sobre a classificação de um bem como público, é correto afirmar:

- a) torna-o inalienável, em todos os casos.
- b) se classificado como bem de uso comum do povo, é inalienável; se catalogado como bem de uso especial, alienável.
- c) quando pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são classificados, em regra, como bens de uso especial.
- d) não podem ser sujeitos a usucapião e, se classificados como dominicais, podem ser alienados, observadas as exigências da legislação vigente.

46. Em relação à prescrição:

I – A exceção, ou defesa, não prescreve no mesmo prazo previsto para a pretensão.

II – As partes, de comum acordo, podem alterar os prazos prescricionais.

III – A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu herdeiro.

IV – Suspensa, em favor de um dos credores solidários, a prescrição a todos aproveita.

Das proposições acima:

- a) Todas estão corretas.
- b) I e III estão corretas.
- c) Todas são falsas, com exceção da opção III.
- d) Todas são verdadeiras, com exceção da opção I.

47. As assertivas abaixo todas estão incorretas, EXCETO:

- a) A alteração do prazo prescricional por acordo das partes só terá validade se comprovada nos autos por instrumento público.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa cessa com a sua morte, iniciando-se novo prazo em relação ao seu sucessor.
- c) Os prazos de prescrição referentes a direitos disponíveis podem ser alterados por acordo entre as partes.
- d) Os prazos prescricionais nunca podem ser convencionados pelas partes.

48. Se um dos credores solidários em dívida pecuniária se casar com a devedora, o prazo prescricional da pretensão relativa à cobrança será suspenso em relação:

- a) A todos os credores solidários.
- b) A todos os devedores solidários.
- c) Apenas ao credor que se casou.
- d) Não haverá suspensão do prazo.

49. Nos casos de renúncia à prescrição e à decadência é CORRETO afirmar:

- a) A decadência legal deve ser declarada de ofício, e por consequência pode ser renunciada pela parte.
- b) Só ocorre renúncia à prescrição e à decadência quando convencionadas pelas partes.
- c) A decadência convencional não é declarada de ofício, e pode ser renunciada pela parte, enquanto a prescrição é declarada de ofício e pode ser renunciada pela parte de forma condicionada.
- d) Sempre será possível renúncia a prazo prescricional e decadencial.

50. Considerando a localização no Código Civil dos prazos decadenciais é CORRETO afirmar:

- a) Os prazos decadenciais estão localizados apenas nos artigos 205 e 206 do Código Civil
- b) Só é possível encontrar prazo decadencial na parte especial do Código Civil.
- c) Só é possível encontrar prazo decadencial na parte geral do Código Civil
- d) Os prazos decadenciais são em dia, mês e ano e estão previstos fora dos arts. 205 e 206 do CC/2002.

Sociologia Geral e Jurídica

51. As relações de gênero assumem formas diferentes em diferentes sociedades, períodos históricos, grupos étnicos, classes sociais e gerações. Não obstante, têm em comum a diferenciação entre homens e mulheres, apesar da imensa variabilidade social da natureza da diferença. Um aspecto muito comum é que a diferença de gêneros se associa à desigualdade de gênero, com homens exercendo poder sobre as mulheres — alguns afirmam que universalmente, outros que quase universalmente. (Sylvia Walby. Gênero. In: William Outhwaite e Tom Bottomore (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Trad. Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 332.)

O termo sociológico utilizado para conceituar a desigualdade estrutural de gênero em nossa sociedade é:

- A) feminismo.
- B) homofobia.
- C) patriarcado.
- D) paternalismo

52. Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, pratico deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo estando de acordo com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os por meio da educação. Assim, também o devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; o sistema de sinais de que me sirvo para exprimir pensamentos; o sistema de moedas que emprego para pagar dívidas; os instrumentos de crédito que utilizo nas

relações comerciais; as práticas seguidas na profissão etc., etc., funcionam independentemente do uso que delas faço. Tais afirmações podem ser estendidas a cada um dos membros de que é composta uma sociedade, tomados uns após outros. Estamos, pois, diante de maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a propriedade marcante de existir fora das consciências individuais. Esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, são também dotados de um poder imperativo e coercitivo, em virtude do qual se lhe impõem, quer queira, quer não. (Émile Durkheim. As regras do método sociológico. José Albertino Rodrigues (Org.). Trad. Laura Natal Rodrigues. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1984, p. 1-2 (com adaptações))

No segmento de texto acima, Durkheim trata, sobretudo,

- A) da anomia social.
- B) da solidariedade social.
- C) da consciência coletiva.
- D) do fato social.

53. Nos anos recentes, a noção de exclusão social tem sido utilizada como um conceito teórico pelas ciências sociais e como uma categoria empírica pelos movimentos sociais e na gestão pública. Embora não haja consenso sobre o conceito de exclusão, há alguns aspectos frequentemente lembrados a esse respeito: ruptura de laços sociais; precária inserção no mundo do trabalho e baixas condições de qualidade de vida; frágil incorporação dos direitos de cidadania. Considerando como válidos esses aspectos, é correto afirmar que haverá exclusão social quando houver

- I - relações de conflito em uma sociedade.
- II - trabalho infantil.
- III - trabalho para todos, mas com remuneração diferenciada.
- IV - falta de saneamento básico em algumas comunidades.
- V - baixo índice de eleitoras mulheres.

Estão certos apenas os itens

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, IV e V.

54. Em Ciência Política, há consenso sobre as fontes político institucionais de corrupção, entre elas, a fragmentação partidária e a intervenção do Estado na economia. Considerando esse assunto, assinale a opção correspondente a uma fonte político-institucional de corrupção no Brasil.

- A) as promessas de campanha irrealizáveis.
- B) a negociação em torno de emendas orçamentárias para parlamentares.
- C) a participação de cabos eleitorais na arregimentação de eleitores para seu candidato.

D) o jeitinho como um traço do caráter do brasileiro

55. Estudos demográficos demonstraram as disparidades raciais quanto às probabilidades de superar o primeiro ano de vida e à esperança de vida ao nascer. As pesquisas sobre educação indicam que crianças não-brancas completam menos anos de estudo do que as brancas, mesmo quando se consideram crianças da mesma origem social ou renda familiar per capita. As disparidades de acesso, permanência e finalização dos ensinos médio e superior são ainda mais acentuadas. A desigualdade educacional entre brancos e não-brancos irá se refletir posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional. Pretos e pardos estão expostos a diversas práticas discriminatórias no mercado de trabalho. Esses padrões diferenciados de participação de grupos de cor no mercado de trabalho traduzem-se em uma valorização altamente desigual do trabalho desses grupos: a renda média do trabalho de pretos e pardos é pouco menos da metade da dos brancos. (Entrevista com Carlos Hasenbalg. In: Tempo Social, n.º 2, 2006, v. 18, p. 259-286 (com adaptações).

A partir da análise do texto acima, qual das seguintes afirmativas apresenta uma conclusão correta a respeito do assunto abordado?

- A) O estrato social de origem é determinante no estabelecimento de desigualdades raciais.
- B) A desigualdade educacional é o único fator explicativo das disparidades de renda.
- C) A equidade de acesso, desempenho e permanência de grupos de cor no sistema educacional é verificada nos níveis mais elevados de ensino.
- D) Os brasileiros não-brancos estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo das fases do ciclo de vida.

Direito Penal

56. Assinale a alternativa CORRETA - A missão do Direito Penal está relacionada aos fatores abaixo relacionados, exceto:

- a) Princípio da exclusiva proteção a bens jurídicos.
- b) Princípio da insignificância do valor do bem.
- c) Princípio da intervenção mínima.
- d) Necessidade e Suficiência da pena.

57. Assinale a alternativa CORRETA - A aplicação do perdão judicial está sujeita à complementação:

- a) Apenas normativa.
- b) Apenas valorativa.
- c) Normativa e Valorativa.
- d) Homovitelina e Heterovitelina.

58. Assinale a alternativa INCORRETA. A expressão: "A lei penal incriminadora alcançará fatos praticados antes de sua entrada em vigor, inclusive aqueles decididos por sentença transitada em julgado", nos revela:

- a) Princípio da retroatividade.
- b) Princípio da ultratividade.
- c) A previsão legal do art. 2º do Código Penal.
- d) Extratividade da lei penal incriminadora.

59. De acordo com as assertivas de I a IV, assinale a alternativa INCORRETA:

I - Só se pode atribuir penalidade ao agente que não podia agir de outro modo.

II - A norma penal é imperativa pois não importam as circunstâncias da conduta, o autor responderá por ela.

III - A norma penal incriminadora será permissiva quando autorizam a prática do fato previsto na lei.

IV - O complemento normativo heterovitelino da lei penal incompleta ou em branco pode ocorrer apenas na hipótese do complemento homogêneo.

- a) As assertivas I e IV são verdadeiras.
- b) A assertiva III é falsa.
- c) A assertiva II é verdadeira e a assertiva III é falsa.
- d) A assertiva I é falsa e a assertiva IV é verdadeira.

60. Se a norma penal incriminadora é aplicada a fatos cometidos durante a sua vigência, há a possibilidade da ocorrência dos seguintes fenômenos penais, exceto:

- a) Princípio da ultratividade.
- b) Extratividade.
- c) "Tempus regit actum"
- d) Princípio da retroatividade.

61. De acordo com as assertivas de I a IV, assinale a alternativa CORRETA:

I - Retroatividade da lei penal incriminadora mais benéfica é o fenômeno pelo qual uma norma penal é aplicada a fato ocorrido após o início de sua vigência.

II - A extratividade da lei penal se verifica quando a mesma vigora para fatos que ocorreram antes ou depois do seu período de vigência.

III - A imunidade diplomática é a prova de que o Brasil adotou a Territorialidade Absoluta.

IV - As embarcações e aeronaves privadas estrangeiras serão consideradas sempre território estrangeiro, quando localizadas no Brasil em razão do princípio da reciprocidade.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) A assertiva III é verdadeira
- c) A assertiva II é verdadeira e a assertiva III é falsa.
- d) Todas as assertivas são falsas.

62. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os tipos penais incriminadores sempre nos mostram três elementos: descritivo, normativo e subjetivo.
- b) Os tipos penais incriminadores, sem exceção, possuem três elementos: descritivo, normativo e subjetivo.
- c) Quanto ao elemento descritivo, o tipo penal incriminador pode ser simples e misto.

d) Quanto ao elemento normativo, o tipo penal incriminador pode ser privilegiado e qualificado.

63. Das teorias da conduta relacionadas abaixo, qual está ligada diretamente à missão do Direito Penal de proteger exclusivamente bens jurídicos:

- a) Teoria social da conduta.
- b) Teoria finalista da conduta.
- c) Teoria naturalista ou causal da conduta.
- d) Teoria subjetiva da conduta.

64. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A preparação, embora pertença ao momento externo da conduta, como tal, não é punível pela legislação penal brasileira.
- b) A CONDUITA só está sujeita à aplicação da lei penal a partir do início da execução.
- c) A execução da conduta pode ser comissiva ou omissiva.
- d) O ato executório deve ser inequívoco ou idôneo.

65. Acerca da TIPICIDADE, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É a exata adequação da conduta praticada pelo agente à letra da lei penal.
- b) Tipicidade formal direta ou imediata é aquela existente entre o fato e o tipo incriminador, sem necessidade de normas auxiliares.
- c) Tipicidade formal indireta ou mediata é aquela existente entre o fato e o tipo incriminador, dependente de uma norma auxiliar.
- d) Tipicidade material é a relevância da ofensividade ao bem jurídico tutelado e a ilicitude.

Fundamentos Antropológicos da Ética Cristã

66. “A nossa época é dominada pelas ciências. Isto torna compreensível a tendência de responder a qualquer pergunta com o recurso das ciências. Mas ciências são particulares, limitadas a um ângulo de visão. Ora, a pergunta “o que é o homem?” é uma pergunta abrangente, que requer um outro nível de conhecimento” (RABUSKE, E. A. Antropologia filosófica: um estudo sistemático. 8ª ed. Petrópolis, Vozes, 1998. Introdução)

A partir do enunciado, considere as seguintes alternativas.

- I - A pergunta sobre o humano dispensa a resposta das ciências.
- II - A pergunta sobre o humano só pode ser resolvida com respostas subjetivas.
- III - A complexidade da questão sobre o humano requer um conhecimento diverso.
- IV - O humano, enquanto objeto de estudos é múltiplo e envolve múltiplas concepções.
- V - As ciências particulares servem para explicar a natureza, mas prejudicam o homem.

Podemos considerar como aceitáveis as alternativas.

- A) I e III
- B) III e IV
- C) IV e V

D) II e V

67. Ao pesquisar ideias sobre o homem encontramos Giordano Bruno afirmando que o homem se situa entre o tempo e a eternidade; Pascal afirmando que “O homem transcende infinitamente o homem”; para Kant “O homem é cidadão de dois mundos”. (RABUSKE, E. A. Antropologia filosófica: um estudo sistemático. 8ª ed. Petrópolis, Vozes, 1998. Introdução).

Se analisarmos estas considerações, fica claro que.

I - O humano é um ser vago, sem endereço certo e sem identidade própria.

II - O humano esta neste mundo imediato, mas não pode ser reduzido ao imanente.

III - O humano jamais saberá quem ele é, e deve vagar preso ao destino soberano.

IV - O humano é um ser totalmente espiritual, perdido em meio às realidades físicas.

V - O humano possui qualidades que o qualificam para participar do finito e do eterno.

São coerentes com os pensadores citados as alternativas:

- A) II e V
- B) II e III
- C) III e IV
- D) IV e V

68. No estudo ou reflexão sobre a ética se faz necessário cada vez mais estabelecer relações e distinções claras sobre os conceitos de ética e moral, frequentemente usados como sinônimos e, não raro, fonte de contradições e incompreensões.

A este respeito podemos afirmar que.

I - A moral é anterior à ética e totalmente fundamentada em Deus ou nos deuses.

II - A ética é anterior à moral e exprime a vontade de Deus ou dos deuses.

III - A ética é o estudo sobre a moral e busca os fundamentos dos costumes e normas.

IV - A moral produz a ética e esta fixa-se em todos os povos com igual manifestação.

V - A ética exprime a consciência, o caráter; a moral os padrões culturais.

Podemos admitir com válidas as afirmações.

- A) I e II
- B) I e III
- C) III e IV
- D) III e V

69. “A fé cristã quer ser a mais radical explicitação daquilo que se esconde dentro da realidade humana. O homem não quer as trevas. Debate-se contra o absurdo. Sonha com uma utopia de global reconciliação e integração de todas as coisas com si mesmas. E professa: em Jesus Cristo ouvimos e vimos que o impossível é possível e que a utopia (que não existe em nenhum lugar) pode transformar-se numa topia (que existe já em alguém). Essa constitui a vocação derradeira (escatológica) e trans-histórica do homem. Não adianta o homem ganhar o mundo inteiro se vier a perder esse seu futuro absoluto.” (Cf. Lc 9,25).

(BOFF, Leonardo. O destino do homem e do mundo: ensaio sobre a vocação humana. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991. P. 29)

O autor citado afirma que

I - Que a fé cristã é uma Utopia radical reservada apenas a idealistas, fora da história.

II - Que através da fé posso entender o humano de uma maneira profunda e definitiva.

III - Que a fé integra o humano com si mesmo, com a natureza e com o sagrado.

IV - Que Jesus Cristo veio apenas para os espíritos afastados das realidades humanas.

V - Que o humano deve apegar-se ao imediato, pois o além é sempre impossível.

Podemos considerar condizentes com o texto citado apenas as afirmações:

- A) I e V
- B) II e IV
- C) I e IV
- D) II e III

70. A antropologia cristã mostra que o homem pode e deve realizar-se ao viver uma vocação transcendental. Para isto possui diversas alternativas e deve realizar escolhas criteriosas em face aos dilemas e possibilidades que a realidade oferece. Vimos o homem manifesta capacidade de relacionar-se com as coisas do mundo e dominá-las, sobre tudo através do exercício profissional; que humano pode estabelecer relações com seu semelhante, considerando- o um irmão e pode servir ao outro; pode também relacionar-se com Deus como um filho diante do Pai.

Avalie agora as afirmações a partir deste enunciado.

I - Estas relações são problemáticas por que são antagônicas e irreconciliáveis.

II - Cada uma destas relações é absoluta, em si mesma suficiente à totalidade humana.

III - Estas relações devem ser lidas a partir da vocação transcendental do ser humano.

IV - A vocação transcendental é reservada aos místicos e monges espiritualistas.

V - Cuidando das coisas do mundo e servindo ao irmão o homem pode agir como filho de Deus.

Podemos admitir como válidas as afirmações

- A) I e III
- B) II e III
- C) III e V
- D) IV e V

Teoria Geral do Processo

71. Considere as afirmativas:

I - Não se exercita a jurisdição para responder questões abstratas e puramente teóricas, sendo necessário que a parte tenha interesse de agir.

II - O interesse do Autor pode limitar-se à declaração de existência ou inexistência de relação jurídica.

III - ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

IV - O juiz poderá prestar tutela jurisdicional, independentemente de requerimento da parte ou do interessado.

Está correto apenas

- a) I, II e III
- b) I, II, IV
- c) II e III
- d) III e IV

72. Assinale o item incorreto:

A) a competência em razão da matéria é relativa, pois caso um juiz trabalhista absolva um réu em matéria criminal, essa decisão não poderá ser modificada.

B) o conceito de domicílio está estampado no Código Civil, podendo ser voluntário ou legal.

C) se o domicílio do réu for incerto ou desconhecido, a demanda poderá ser proposta no local onde ele for encontrado ou no domicílio do autor.

D) a competência em razão da matéria é absoluta, pois caso um juiz trabalhista condene um réu em matéria criminal, essa decisão poderá ser modificada.

73. O princípio dispositivo, também denominado de Princípio da Inércia da jurisdição, significa que:

A) Nenhum Juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais.

B) Caberá ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

C) O Juiz conhecerá de ofício, a qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida sentença de mérito, das questões de ordem pública.

D) Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial.

74. A respeito da jurisdição, do processo e da ação, é correto afirmar que:

a) a jurisdição, contenciosa ou voluntária, se caracteriza pela substitutividade, pela lide e pela definitividade.

b) as condições da ação são três: possibilidade jurídica do pedido, interesse processual e capacidade processual; a ausência de uma delas enseja a extinção do processo com julgamento do mérito.

c) os elementos da ação são partes, pedido e causa de pedir, havendo litispendência quando proposta ação idêntica a outra já extinta e coisa julgada quando duas ações idênticas correm simultaneamente.

d) há legitimidade ordinária quando alguém está em juízo em nome próprio para a defesa de direito próprio; substituição processual quando alguém está em juízo em nome próprio para a defesa de direito alheio; representação quando alguém está em juízo em nome alheio para a defesa de direito alheio.

75. Assinale a alternativa correta:

I. A nulidade de cláusula de eleição do foro, mesmo em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo juiz, por tratar-se de competência em razão

do território e portanto relativa. A única exceção, em tema de competência relativa, a permitir a manifestação do juiz sem provocação da parte é a hipótese de ações fundadas em direito real sobre imóveis, em que a competência será sempre do foro da situação da coisa.

II. O indeferimento liminar da petição inicial por inadequação de procedimento sem que se dê oportunidade ao autor para emenda da inicial caracteriza cerceamento de jurisdição. Apenas se sanável o vício ou irregularidade é que o juiz deve dar oportunidade ao autor para emendar a inicial. O juiz deve intimá-lo para que emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias e apenas depois dessa providência, no silêncio do autor, é que o juiz indefere a inicial.

III. Os fundamentos de fato compõem a causa de pedir remota: é o que mediatamente autoriza o pedido; é o direito, o título; os fundamentos jurídicos compõem a causa de pedir próxima: é o inadimplemento, a ameaça ou a violação do direito.

IV. O rótulo que se dá à causa é irrelevante perante a ciência processual. Não tem importância a indicação do nomen juris uma vez que a qualificação jurídica que emana da argumentação encetada pelo autor não tem o condão de pré-fixar a atuação judicial quanto ao direito aplicável.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição II está correta.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

76. Jair, domiciliado em Campinas, ajuizou ação divisória contra Sebastião, domiciliado em Jundiá, postulando a partilha de bem imóvel situado em Itapira, que foi alienado, em parte, de Sebastião para Jair, os quais passaram a ser condôminos. Na petição inicial, anexou matrícula atualizada e o contrato celebrado entre as partes, no qual se pactuou cláusula de eleição do foro de Vinhedo. A ação foi proposta em Vinhedo e Sebastião apresentou exceção de incompetência postulando a remessa dos autos a Jundiá. Está com a razão

- a) nenhum dos dois, pois, nas ações fundadas em direito real sobre imóvel, em regra é competente o foro da situação do bem, podendo o autor, como exceção, optar pelo foro eleito, mas não na situação descrita.
- b) nenhum dos dois, pois, nas ações fundadas em direito real sobre imóvel, é competente o foro do domicílio do autor.
- c) Sebastião, tendo em vista a regra geral de que as ações devem ser propostas no foro do domicílio do réu.
- d) Jair, pois, embora as ações fundadas em direito real sobre imóvel devam ser propostas no foro da situação do bem, como regra, pode o autor, como exceção, optar pelo foro eleito, o que se dá na situação descrita.

77. Se alguma das condições da ação não for atendida, o processo

- a) é nulo, não havendo formação de coisa julgada de nenhuma espécie.

b) será julgado com resolução do mérito, formando coisa julgada material.

c) será julgado extinto sem resolução do mérito, acarretando coisa julgada formal.

d) será julgado extinto sem resolução do mérito, formando coisa julgada material.

78. “A jurisdição é uma das funções do Estado, que visa a resolver um litígio posto à sua apreciação, a partir da aplicação da vontade objetiva do direito”. No que tange aos princípios inerentes à jurisdição, aquele segundo o qual ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, sendo proibida a criação de juízo ou tribunal de exceção, chama-se Princípio:

- a) da indelegabilidade.
- b) da investidura.
- c) do juiz natural.
- d) da inevitabilidade.

79. A jurisdição divide-se em comum e especial. A jurisdição especial compreende

- a) militar, trabalhista e eleitoral.
- b) militar, civil e penal.
- c) estatal, privada e eleitoral.
- d) arbitragem, trabalhista e civil.

80. Sobre jurisdição e ação, aponte a alternativa correta:

- a) Pelo princípio da aderência os juízes e tribunais exercem a atividade jurisdicional apenas no território nacional. Essa atividade é repartida de acordo com as regras de competência.
- b) A jurisdição voluntária, também denominada pela doutrina de jurisdição contenciosa, é forma de administração pública de interesses privados.
- c) Instituído juízo arbitral por convenção de arbitragem celebrada entre as partes, embora o árbitro seja juiz de fato e de direito, sua sentença se submete a recurso e precisa ser homologada pelo Poder Judiciário – detentor do monopólio da jurisdição – para ter força de coisa julgada material.
- d) Na jurisdição voluntária há processo e lide, embora não haja partes, mas interessados. Não incide o princípio dispositivo, mas o inquisitório. Não prevalece o princípio da legalidade estrita, pois o juiz pode decidir por equidade.